

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed.The Office
88015-240 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direitos oriundos de contratos de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2014 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do exercício findo naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2014	31/12/2013	Passivo	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.717.171	48.288.507	Fornecedores	10	129.446.842	122.926.700
Contas a receber de clientes	5	42.418.853	47.239.313	Obrigações sociais e trabalhistas		7.351.827	6.160.909
Tributos a recuperar	12	10.978.095	2.394.105	Obrigações tributárias	11	2.921.975	3.012.083
Estoques		1.823.835	1.516.568	Participação nos resultados		2.756.381	2.666.544
Outras contas a receber	6	1.675.988	4.751.666	Dividendos propostos	13	2.535.510	1.252.026
Despesas antecipadas		<u>211.150</u>	<u>269.838</u>	Juros sobre capital próprio	13	7.650.000	6.602.396
				Cauções em garantia	15	200.152	208.759
				Provisão para contingências	14	<u>994.747</u>	<u>436.191</u>
Total do ativo circulante		94.825.092	104.459.997	Total do passivo circulante		153.857.434	143.265.608
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Cauções em garantia	15	<u>719.631</u>	<u>1.130.322</u>
Contas a receber de clientes	5	56.288.941	34.165.164	Total do passivo não circulante		719.631	1.130.322
Tributos diferidos	7	1.530.098	945.602				
Tributos a Recuperar	12	1.425.498	-	Patrimônio líquido	16		
Adiantamento a fornecedores	8	38.575.569	29.081.606	Capital social		121.544.940	121.544.940
Depósitos judiciais		<u>2.724.518</u>	<u>1.571.972</u>	Reserva legal		24.308.987	24.308.987
		100.544.624	65.764.344	Reserva estatutária		11.695.359	-
Investimentos		2.400	2.400	Reserva de retenção de lucros		58.967.378	48.264.600
Intangíveis	9	<u>204.928.145</u>	<u>196.328.544</u>	Reserva especial dividendos		-	5.642.690
		204.930.545	196.330.944	Dividendos a disposição da AGO		<u>29.206.531</u>	<u>22.398.138</u>
Total do ativo não circulante		305.475.169	262.095.288	Total do patrimônio líquido		245.723.196	222.159.355
Total do ativo		<u>400.300.261</u>	<u>366.555.285</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>400.300.261</u>	<u>366.555.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	2014	2013
Receita líquida - Venda de gás	17 a	709.860.631	669.837.369
Receita de construção - CPC 17	17 b	40.863.475	29.048.889
		<u>750.724.106</u>	<u>698.886.258</u>
Custo dos produtos vendidos	18	(622.306.580)	(600.861.768)
Custo de construção - CPC 17	17 b	(40.863.475)	(29.048.889)
		<u>(663.170.055)</u>	<u>(629.910.657)</u>
Lucro bruto		87.554.051	68.975.601
Despesas operacionais			
Despesas de vendas		(7.238.404)	(6.128.362)
Despesas administrativas		(22.394.407)	(19.528.305)
Outros resultados operacionais		(5.253.454)	(1.846.381)
		<u>(34.886.265)</u>	<u>(27.503.048)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		52.667.786	41.472.553
Receitas financeiras		3.261.463	1.490.459
Despesas Financeiras		(419.490)	(225.596)
		<u>2.841.973</u>	<u>1.264.863</u>
Lucro operacional antes dos impostos		55.509.759	42.737.416
Imposto de renda e contribuição social correntes		(15.352.214)	(9.436.501)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		584.496	(1.883.227)
		<u>(14.767.718)</u>	<u>(11.319.728)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>40.742.041</u>	<u>31.417.688</u>
Lucro por ação		3,7901	2,9227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	40.742.041	31.417.688
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>40.742.041</u>	<u>31.417.688</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Reservas de lucro					Lucros Acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
	Capital Social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Reserva Especial Dividendos			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	121.544.940	24.308.987	-	48.264.600	-	-	-	194.118.527
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.417.688	-	31.417.688
Destinações								
Juros sobre Capital Próprio						(6.602.396)		(6.602.396)
Imposto de Renda Retido Fonte - JSCP						(1.165.128)		(1.165.128)
Dividendos Complementar Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	(1.252.026)	-	(1.252.026)
Reserva Especial Dividendos	-	-	-	-	5.642.690	-	-	5.642.690
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	(22.398.138)	22.398.138	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	121.544.940	24.308.987		48.264.600	5.642.690	-	22.398.138	222.159.355
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.742.041	-	40.742.041
Destinações								
Juros sobre Capital Próprio - JSCP	13	-	-	-	-	(7.650.000)	-	(7.650.000)
Imposto de renda retido na fonte sobre JSCP	13	-	-	-	-	(1.350.000)	-	(1.350.000)
Dividendos Complementar ao mínimo obrigatório	13	-	-	-	-	(2.535.510)	-	(2.535.510)
Reserva Especial	-	-	-	-	(5.642.690)	-	-	(5.642.690)
Reserva de Retenção de Lucros 2013	-	-	-	10.702.778	-	-	(10.702.778)	-
Reserva Estatutária	-	-	11.695.359	-	-	-	(11.695.359)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	(29.206.531)	29.206.531	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	121.544.940	24.308.987	11.695.359	58.967.378	-	-	29.206.531	245.723.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	40.742.041	31.417.688
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Amortizações intangíveis	25.007.300	27.889.280
Constituição (reversão) de provisão para contingências passivas	558.557	(2.034.135)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	342.543	(3.042)
Constituição de provisão de fornecedores	85.000	627.030
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(584.496)	1.883.227
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	(10.177.697)	(926.826)
Baixa bens do intangível	448.446	33.410
	<hr/>	<hr/>
	56.421.694	58.886.632
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(17.645.859)	(30.740.774)
Tributos a recuperar	(5.997.961)	(6.405.633)
Estoques	(307.267)	(346.074)
Adiantamento a fornecedores	(4.357.375)	(575.950)
Outras contas do ativo	1.951.819	(4.214.177)
	<hr/>	<hr/>
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	11.476.251	24.949.345
Obrigações tributárias	(700.331)	(1.216.175)
Imposto de renda e contribuição social	(3.401.307)	(949.274)
Obrigações sociais e trabalhistas	(69.244)	858.010
Cauções em garantia	(419.297)	400.377
	<hr/>	<hr/>
	(19.470.571)	(18.240.325)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	36.951.123	40.646.307
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	(34.055.347)	(26.091.338)
	<hr/>	<hr/>
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(34.055.347)	(26.091.338)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(13.467.112)	-
Pagamento de empréstimos	-	(4.151.583)
	<hr/>	<hr/>
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(13.467.112)	(4.151.583)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	(10.571.336)	10.403.386
Caixa e equivalentes no início do exercício	48.288.507	37.885.121
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes no final do exercício	37.717.171	48.288.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia” ou “SCGÁS”), sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Até dezembro de 2014, foram distribuídos pela SCGÁS 663 milhões de metros cúbicos de gás natural¹. A partir das 9 unidades denominadas “ESTAÇÕES DE RECEBIMENTO-ER”, por meio de 1.084 Km de rede de distribuição.

A Companhia continuou enfrentando as dificuldades vivenciadas em 2013, decorrentes do forte aumento no custo de aquisição do Gás Natural boliviano, totalizando 12,04% no ano de 2014, devido principalmente à alta das cotações do dólar, apesar da queda do petróleo no mercado internacional.

A instabilidade no ambiente regulatório se manteve durante todo o ano de 2014, impedindo que os repasses do aumento do custo de aquisição do gás às tarifas fossem realizados na medida necessária ao equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Tal situação requereu a suspensão da aplicação de uma importante política comercial de descontos da Companhia, o Plano de Fidelidade, que vigorou por mais de uma década, porém, alguns consumidores estão contestando judicialmente a referida suspensão e, com base em liminares, pagando as faturas com a aplicação dos descontos do Plano, depositando o valor controverso em juízo. Até dezembro de 2014 o montante que deixou de entrar no caixa da empresa totalizou R\$ 54 milhões. As dificuldades vivenciadas lançam o desafio de se construir um ambiente de maturidade técnica no campo da regulação dos serviços concedidos de distribuição de gás em Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 59.032.342 (R\$ 38.805.611 em 2013), impactado principalmente pelo valor a receber dos clientes que estão questionando a parcela do Plano de Fidelidade e que estão contabilmente classificado no Realizável a longo Prazo. Para mitigar esse efeito, a diretoria aprovou no final de 2013 um plano contingencial para reverter a situação de capital circulante líquido negativo em 2014 e 2015. A seguir seguem as principais ações a serem implementadas:

As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como metro cúbico ou km, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

- Renovação de cheque especial junto a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 20 milhões;
- Contratação de linha de crédito Cartão Corporativo no valor de R\$ 10 milhões junto ao Banco do Brasil;
- Tratativas junto ao BNDES para viabilizar os investimentos previstos em orçamento no montante de R\$ 26,8 milhões, com prazo para liberação dos recursos no primeiro semestre de 2015;
- Acompanhamento sistemático do orçamento.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A diretoria de administração e finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Clientes (PCLD)
- Nota 9 - Intangíveis
- Nota 14 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

(i) Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

(ii) Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatória registro das receitas e custos de construção.

A SCGÁS não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN, para a SCGÁS, se apresenta integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na festão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos da dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

d. Intangível

Contrato de Concessão

A Companhia possui com o Estado de Santa Catarina um contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito a infraestrutura construída pela concessionária ao final da concessão. Por meio desse contrato a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do mesmo.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores dispendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura), passíveis de recuperação via tarifa, em 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis a Companhia interpretou e considerou, em atendimento as premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e conseqüentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis, e conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. O tributo corrente e o diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h. Variação cambial transporte

A variação cambial do transporte de gás do exercício atual é reconhecida no resultado de acordo com a variação cambial do dólar, conforme contrato firmado entre as companhias de gás e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos de contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte; e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

k. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

I. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/14	31/12/13
Caixa	6.353	6.519
Bancos conta movimento	2.364.164	41.140.119
Aplicações Financeiras	35.254.057	640.460
Numerários em Transito	92.597	6.501.409
	37.717.171	48.288.507

O saldo dos bancos conta movimento têm por objetivo o pagamento das faturas de gás natural com vencimento em meses subsequentes.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/14	31/12/13
Banco do Brasil	100% CDB	97% CDI	700.605	-
Caixa Econômica Federal	100% a 105% CDB Flex	99% CDI	34.553.452	640.460
			35.254.057	640.460

5 Contas a receber de clientes

	31/12/14	31/12/13
Circulante		
Distribuição de gás canalizado	40.135.551	44.387.927
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.587.215)	(1.244.672)
Parcelamento Clientes	4.949.711	4.949.711
(-) juros a transcorrer	<u>(1.079.194)</u>	<u>(853.653)</u>
	<u>42.418.853</u>	<u>47.239.313</u>
Não Circulante		
Distribuição de gás canalizado	56.110.611	30.116.317
Parcelamento Clientes	412.476	5.362.187
(-) juros a transcorrer	<u>(234.146)</u>	<u>(1.313.340)</u>
	<u>56.288.941</u>	<u>34.165.164</u>

(i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2014, segregado pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes - Circulante	43.133.360	777.163	92.962	249.581	1.244.672	45.497.738
Cientes - Não Circulante	<u>1.620.551</u>	<u>6.675.666</u>	<u>6.389.482</u>	<u>12.616.606</u>	<u>28.808.306</u>	<u>56.110.611</u>
	<u>44.753.911</u>	<u>7.452.829</u>	<u>6.482.444</u>	<u>12.866.187</u>	<u>30.052.978</u>	<u>101.608.349</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.244.672
Provisão constituída no período	<u>342.543</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.587.215</u>

(ii) Plano fidelidade

O valor reclassificado para o ativo não circulante no montante de R\$ 56.110.611 refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis questionando a suspensão do plano de fidelidade, onde obtiveram, liminares que concedem o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, que representa em média um percentual de 11,7% da fatura total.

Apesar de haver algumas pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a SCGÁS receba integralmente os valores controversos e não pagos à Companhia em razão das liminares. Durante o exercício social de 2013 e 2014 a SCGÁS assinou renegociação com alguns clientes, sendo que estes retiraram as ações judiciais que moviam contra a SCGÁS referente a suspensão do Plano de Fidelidade.

Com base no disposto acima, tais valores não foram tratados como inadimplência, e dessa forma não estão sendo provisionados.

6 Outras Contas a Receber

	31/12/14	31/12/13
Devedores diversos	1.665.952	1.850.408
Bancos conta movimento - Bloqueado Judicialmente	-	2.891.222
Alienação em curso	10.036	10.036
	1.675.988	4.751.666

7 Tributos diferidos

	31/12/14	31/12/13
Diferenças Temporárias IR e CSLL		
Provisão para contingências passivas	338.214	148.305
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	539.653	423.189
Mudança critério Amortização	(394.837)	(355.713)
Provisão Variação Cambial Gás	591.859	-
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	455.209	729.821
	1.530.098	945.602

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$ 455.209 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 729.821 em 31 de dezembro de 2013) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

Impactos da Lei 12.973/14

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.515/2014, 1.492/2014 e nº 1.397/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.492, de 17 de setembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de

2014. A sua adoção antecipada para 2014 elimina potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014. A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e risco de tributação adicional sobre os dividendos distribuídos no ano-calendário de 2014 e, com isso, não optou pela aplicação antecipada no exercício de 2014.

8 Adiantamento a fornecedores

O montante de R\$ 38.575.569 (R\$ 29.081.606 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a diferença entre os volumes de gás transportados e efetivamente distribuídos conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras. De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não transportada poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação do Ship or Pay

Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.081.606
(+) Adições	4.313.704
(+) Ajustes Petrobras	43.672
(+) Atualização	<u>5.136.587</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>38.575.569</u>

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro abaixo.

Recuperação SOP SOP ac. - m ³	m ³ Volume	Data Projeção Recuperação	Período de recuperação Período
Ano 8 - Abr/07 a Mar/08	70.206.398	Jan/15 a Mar/17	mar/18
Ano 9 - Abr/08 a Marc/09	27.196.549	Mar/17 a Ago/17	mar/19
Ano 10 - Abr/09 a Mar/10	43.299.567	Ago/17 a abr/18	mar/20
Ano 11 - Abr/10 a Mar/11	36.187.455	Mai/18 a out/18	mar/20
Ano 12 - Abr/11 a Mar/12	20.394.065	out/18 a mar/18	mar/20
Complementar 2011/2012	264.182	out/18 a mar/18	mar/20
Ano 13 - Abr/12 a Mar/13	22.170.431	Mar/19 a Jul/19	mar/20
Ano 14 - Abr/13 a Mar/14	14.250.342	Jul/19 a Out/19	mar/20
Ano 15 - Abr/14 a Mar/15	27.234.748	Set/19 a Mar/20	mar/20
Total a recuperar	<u>261.203.737</u>		

9 Intangíveis

	Taxa anual de amortização	31/12/14	31/12/13
Terrenos	-	387.990	387.990
Tubulações	10%	347.666.635	340.758.763
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	67.902.951	68.031.320
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.532.910	1.405.827
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.719.393	3.211.606
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	570.317	559.159
Sistema de gestão	10%	1.318.871	1.233.125
Software	10%	1.562.121	1.562.121
Intangível a amortizar	-	62.870.170	36.774.546
		<u>487.531.358</u>	<u>453.924.457</u>
(-) Amortização acumulada		<u>(282.603.213)</u>	<u>(257.595.913)</u>
		<u>204.928.145</u>	<u>196.328.544</u>

A movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 se deu como segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	CIAP - ICMS	Baixas	Crédito tributário	Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2014
Terrenos	387.990	-	-	-	-	-	-	-	387.990
Tubulações	140.274.828	-	(3.161.988)	(13.688)	(81.287)	(11.161)	10.175.998	(22.306.876)	124.875.826
Aparelhos, máquinas e equipamentos	16.194.651	1.813.453	(1.047.751)	(20.550)	(185.401)	(1.307.519)	619.399	(2.305.483)	13.760.799
Equipamentos e móveis administrativos	439.454	131.700	-	(4.617)	-	-	-	(96.725)	469.812
Sistemas e equipamentos de informática	1.191.139	507.787	-	-	-	-	-	(185.497)	1.513.429
Benfeitorias em imóveis de terceiros	335.845	11.158	-	-	-	-	-	(43.555)	303.448
Sistema de gestão	225.588	85.746	-	-	-	-	-	-	311.334
Software	504.503	-	-	-	-	-	-	(69.164)	435.339
Intangível a amortizar	36.774.546	40.814.464	(3.362.324)	(561.121)	-	-	(10.795.397)	-	62.870.168
	<u>196.328.544</u>	<u>43.364.308</u>	<u>(7.572.063)</u>	<u>(599.976)</u>	<u>(266.688)</u>	<u>(1.318.680)</u>	<u>-</u>	<u>(25.007.300)</u>	<u>204.928.145</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994. Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

10 Fornecedores

	31/12/14	31/12/13
Fornecedor de Gás - Petrobras	117.605.095	115.168.100
Fornecedores de materiais e serviços	<u>11.841.747</u>	<u>7.758.600</u>
	<u>129.446.842</u>	<u>122.926.700</u>

11 Obrigações tributárias

	31/12/14	31/12/13
Cofins a recolher	256.164	187.592
Pis a recolher	55.615	40.728
ICMS a recolher	1.050.111	1.436.352
Tributos Retidos Fonte	<u>1.560.085</u>	<u>1.347.411</u>
	<u>2.921.975</u>	<u>3.012.083</u>

12 Tributos a recuperar

	31/12/14	31/12/13
Imposto de renda pessoa jurídica	4.828.698	-
Contribuição social sobre o lucro	2.715.526	2.394.105
ICMS a recuperar	<u>4.859.369</u>	<u>-</u>
	<u>12.403.593</u>	<u>2.394.105</u>
Circulante	10.978.095	2.394.105
Não circulante	1.425.498	-

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 a Companhia reconheceu em 2014 créditos de ICMS sobre aquisição de ativo fixo.

13 Dividendos propostos a pagar

A Companhia possui provisionado o montante de R\$ 2.535.510 (R\$ 1.252.026 em 2013), referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76. Abaixo segue a memória de cálculo:

Lucro do Exercício	40.702.041
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25%	10.185.510
Juros sobre Capital Próprio	<u>7.650.000</u>
Dividendos Propostos	<u>2.535.510</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos civis, trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 994.747 (R\$436.191 em 31 de dezembro de 2013) que possuem risco de perda classificado como provável.

Causa	Civil	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	84.922	909.825	-	994.747
Possível	8.419.369	6.567.645	-	14.987.014
Remota	<u>1.573.385</u>	<u>110.500</u>	-	<u>1.683.885</u>
	<u>10.077.676</u>	<u>7.587.970</u>	<u>-</u>	<u>17.665.646</u>

O valor de R\$ 6.567.645, classificado como processo trabalhista e que possui probabilidade de perda possível na avaliação dos advogados refere-se a processo movido pelo Ministério Público do Trabalho contra a SCGAS por conta de verbas trabalhistas não pagas por um empreiteira contratada que abandonou canteiro de obras do ramal Serra Catarinense. A assessoria jurídica da SCGAS já ingressou com recurso junto a Justiça do Trabalho e aguarda a tramitação do processo.

ICMS a recuperar

Em 2000, a COPAT - Comissão Permanente de Assuntos Tributários da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina se manifestou desfavorável à utilização dos créditos de ICMS relativos aos ativos permanentes. A Companhia entrou com ação declaratória de reconhecimento do direito de utilização do crédito do ICMS sobre ativo fixo, junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, que foi julgada procedente em primeira instância. Inicialmente na segunda instância foi julgado improcedente, o que levou a SCGAS a ingressar com um agravo de instrumento no Superior Tribunal de Justiça em Brasília, que julgou procedente e determinou ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, reformar a decisão.

Em dezembro de 2013 o processo foi transitado e julgado dando ganho de causa a SCGAS.

Como base na decisão favorável a Companhia protocolou pedido junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina para ter a declaração dos referidos créditos. Em 2014 tais créditos foram homologados e o valor do crédito foi liberado para uso, sendo reconhecido em agosto de 2014 o valor de R\$5.978.661 de ICMS a ser compesando. O referido saldo de ICMS foi apresentado na nota explicativa 12 - Tributos a Recuperar.

15 Cauções em garantia

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 200.152 e R\$ 719.631 (R\$ 208.759 e R\$ 1.130.322 em 31 de dezembro de 2013) estão apresentados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

16 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2013), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e estatuto social da SCGÁS.

Em fevereiro de 2013 a Procuradoria do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a CELESC, entrou com uma ação contra a SCGÁS, Petrobras, Mitsui Gás e Infragas questionando a transferência do controle acionário da SCGÁS e o acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013 o judiciário concedeu liminar favorável a PGE. Entretanto a Mitsui e Petrobras ingressaram com agravo de instrumento pedindo a suspensão da liminar que foram deferidos. Atualmente o processo aguarda os julgamentos dos agravos interpostos.

a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 2013 nenhum valor foi constituído, em função ao referido limite de 20% do capital social.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

17 Receita

a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita bruta	907.730.010	847.582.035
Deduções da receita bruta		
Devolução vendas	(25.082)	(5.360)
ICMS sobre vendas	(101.984.910)	(89.360.871)
ICMS - ST	(13.109.292)	(10.986.350)
PIS sobre vendas	(14.760.825)	(13.805.075)
COFINS sobre vendas	<u>(67.989.270)</u>	<u>(63.587.010)</u>
Receita Líquida	<u>709.860.631</u>	<u>669.837.369</u>

b. Receitas e custos de construção

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Receita de construção	40.863.475	29.048.889
Custos Construção	<u>(40.863.475)</u>	<u>(29.048.889)</u>
Receita Operacional Líquida de Construção	-	-

18 Custo dos produtos vendidos

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Custo GN	582.298.853	557.583.101
Custo Pessoal	3.246.648	2.877.805
Materiais	1.086.236	837.534
Serviços Terceiros	6.254.032	6.719.265
Alugueis	4.469.581	5.806.375
Gerais	100.814	104.168
Amortização	<u>24.850.416</u>	<u>26.933.518</u>
	<u>622.306.580</u>	<u>600.861.768</u>

19 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda..

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes à Petrobras.

Composição dos saldos	31/12/14	31/12/13
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora	1.344.772	1.700.344
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras - SOP	38.575.569	29.081.607
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobrás	117.605.095	115.168.100
 Composição dos saldos		
 Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	36.629.354	39.559.014
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	755.322.958	709.974.452

b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/12/14	31/12/13
Conselho de administração	133.325	126.303
Conselho fiscal	76.440	75.150
Diretores	776.015	764.131
	985.780	965.584

20 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda tem reduzido a liquidez da empresa. Para se proteger a SCGÁS está avaliando alternativas junto às instituições financeiras e já possui contrato de crédito rotativo junto à Caixa Econômica Federal, na modalidade Cheque Especial Caixa - Setor Público, no montante de R\$ 20 milhões.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até dezembro de 2014 este risco está reconhecido no resultado na composição do custo do gás no montante de R\$ 23 milhões. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor quando da revisão tarifária, o que, conforme já mencionado, não está sendo observado pela Agência Reguladora. Se tal situação permanecer, a Companhia deverá estudar a possibilidade de acionar instrumentos de cobertura do risco cambial.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco.

(iii) Risco Regulatório

A Companhia continua atravessando momento de instabilidade regulatória, embora a administração não tenha medido esforços no sentido de, junto a Agência Reguladora do Estado de Santa Catarina - AGESC, dar transparência ao cumprimento do Contrato de Concessão. A Companhia espera a conclusão por parte da AGESC do Processo Administrativo 026/09-3 que trata sobre o assunto.

Durante o exercício social 2014 houve um aumento significativo no custo de aquisição do GN, principalente pela variação cambial, apesar da queda do preço do Petróleo no mercado internacional. Mesmo não havendo um pedido formal de reajuste, a SCGAS trabalhou no sentido de realizar diversas reuniões com representantes do mercado, FIESC, AGESC e acionistas no sentido de aprofundamento da metodologia tarifária e criar condições para repasses automáticos dos custos não gerenciáveis para a tarifa.

Este cenário pode expor a SCGAS a uma situação de forte contingenciamento de custeio e de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/12/2014	31/12/2013
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	37.717.171	48.288.507
Contas Receber Clientes	98.707.794	81.404.477
Passivos		
Fornecedores	129.446.842	122.926.700
Financiamentos	-	-

Análise de sensibilidade

A companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos:

Descrição	Montante Exposto	Indicador	
Aplicações Financeiras	35.254.057	CDI	12,00%
Adiantamento a Fornecedores	38.575.569	m3	0,13090

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme descrito na nota nº 4. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores da citada exposição são apresentados a seguir:

Taxas	Cenário Provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI - 11,72%	4.131.775	5.164.719	6.197.663
Valor do m ³ GN - 0,13090	-	6.311.927	7.574.313